

Liberdade e compro com a democracia

Ensino superior Reitores da UFSM e da UFRJ avaliam as consequências do processo eleitoral na educação e na produção científica

Ânia Chala*
Natalia Henkin**

Na semana que antecedeu o pleito de 28 de outubro, 17 universidades brasileiras sofreram intervenções judiciais por supostas atividades irregulares de campanha. As operações resultaram em interrupção de aulas, intimidação de professores e estudantes e recolhimento de faixas e materiais impressos. Em consequência, a Procuradoria-geral da República ajuizou no STF ação de descumprimento de preceitos fundamentais para suspender os atos, que foram também criticados por representantes do Ministério

Público Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. A ministra do STF Carmen Lúcia concedeu liminar suspendendo as ações, afirmando que a liberdade de pensamento é direito fundamental do indivíduo, e não concessão do Estado.

Ao comentar a repercussão das medidas, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, disse que a universidade pública é uma instituição autônoma, tem leis próprias e trabalha dentro de uma lógica própria. A ela deve ser assegurada a liberdade de pensamento, de expressão e de posicionamento. “O espaço acadêmico não pode ser, de maneira alguma, cerceado”, afirma. Para ele, as instituições públicas de ensino superior têm caráter estratégico na luta por uma mudança estrutural, capaz de tornar a sociedade mais justa, democrática, igualitária e sustentável. Esse foi, aliás, um dos pilares defendidos na Conferência Regional de Ensino Superior (CRES-2018), realizada em julho na cidade de Córdoba, Argentina. A partir do cenário pós-eleitoral em nosso país, os dirigentes avaliaram os desafios que se apresentam diante do novo governo, que tomará posse em 1.º de janeiro do próximo ano.

Protagonismo – O reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Paulo Afonso Burmann, ressalta que os princípios da Reforma

Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918, já preconizavam que as instituições de ensino superior priorizassem a democracia e o protagonismo na transformação social, atuando na construção de sociedades igualitárias, plurais e inclusivas. “Passados cem anos, essa necessidade é ainda mais premente. Nos mais diferentes contextos, a universidade representa um locus de resistência aos autoritarismos e opressões ao livre pensamento. Nas palavras do fundador da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, ‘tornar o indivíduo capaz de intervir em sua realidade’ é um dos objetivos presentes em nossa instituição desde seus primórdios”, frisa. Leher, da UFRJ, complementa que a universidade pública deve ser um espaço de produção científica e cultural que esteja em uma relação dialógica com vários outros setores da sociedade, para assim ser capaz de dar conta da diversidade complexa que existe em um país como o nosso. “Ela tem de funcionar como um projeto auto-organizado, objetivando as melhorias dos problemas sociais por meio do uso crítico e inventivo da arte, da ciência e da tecnologia. É um ambiente de liberdade, de estímulo à criação e ao debate e de formação de pessoas produtoras de conhecimento”, sustenta.

Segundo Burmann, reitor da UFSM, vivenciamos uma grande expansão universitária nos últimos anos, com políticas de inclusão e

interiorização do ensino superior, que ampliaram a oferta de vagas e pluralizaram o ambiente acadêmico. “Mas é preciso ir além. A universidade necessita dialogar mais, ouvir a sociedade e oferecer respostas às suas demandas. É preciso promover o sentimento de pertencimento. A universidade pública, hoje, não é mais restrita ao acesso de uma minoria elitizada, mas aberta e inclusiva, mais democrática e diversa em sua composição”, comemora, acrescentando que, por agregar conhecimento e ciência, cabe a ela o papel de argumentar, chamar à reflexão e contribuir nos processos de resistência democrática e de desenvolvimento social e tecnológico.

Impacto positivo – Questionado a respeito das formas pelas quais a produção científica das universidades pode se mostrar mais identificada com os desafios estratégicos nacionais e internacionais, Burmann afirma não haver dúvida sobre o impacto positivo das universidades públicas para o país. “A pesquisa brasileira é desenvolvida quase em sua totalidade dentro das instituições públicas de ensino superior. Temos, no entanto, importantes desafios a encarar a fim de que essa produção científica retorne, de fato, à sociedade e seja reconhecida por ela. O principal deles é diminuir cada vez mais as distâncias entre a universidade e as comunidades às quais elas

MARIA LUISA VIANA/CCR-UFSM



Câmpus da Universidade
Federal de Santa Maria

missão

pertencem.” O reitor da UFSM tem defendido a necessidade de as universidades ampliarem sua sintonia com a população em todas as frentes, olhando com mais atenção às demandas sociais. “Somos parte do Estado e como tal compartilhamos essa responsabilidade em promover o bem-estar social e fomentar o desenvolvimento do país. Por isso, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade deve prezar pela busca por soluções para as demandas da sociedade, formando profissionais capacitados, éticos e conscientes de seu papel, mas também se aproximando cada vez mais das comunidades, abrindo suas portas para todos e estimulando o diálogo e a construção conjunta do conhecimento”, ressaltou.

Burmann observa igualmente que as universidades latino-americanas têm um papel central na emancipação social e na promoção do desenvolvimento nos respectivos contextos nos quais se situam. “A UFSM, integrada com suas parceiras históricas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, vem fazendo sua parte ao desenvolver ações que fortalecem esse compromisso, promovendo um conjunto de políticas de inclusão social e alinhando-se a causas humanitárias, como o edital de seleção especial para refugiados e migrantes. Isso é pouco e resta muito ainda a ser feito em um compromisso coletivo com as universidades da América Latina, boa parte das quais se encontra posicionada em contextos extremamente deficitários quanto aos direitos mais básicos da população.” Ele assinala que o lema “Brasil acima de tudo” pode ser um ponto de partida para buscarmos estabelecer o diálogo com o novo governo, desde que este entenda, reconheça e valorize as universidades públicas como um patrimônio do povo, bens imprescindíveis para a soberania do país. “O primeiro caminho para se pensar a defesa da soberania nacional passa invariavelmente pelo fortalecimento da educação e pela recomposição dos investimentos públicos, respeitando a autonomia das instituições públicas e seu compromisso histórico para com uma formação humanista e socialmente comprometida. Como advertiu o sociólogo português Boaventura de Souza Santos em uma das exposições durante a CRES 2018, ‘A ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a universidade. Uma universidade que é sustentável porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa’”.

Por fim, Leher destaca que a universidade mantém interações com a economia e com a sociedade, mas não de maneira instrumental: “Não oferecemos soluções técnicas, utilizamos a capacidade inventiva dos alunos. A ciência, a arte, a cultura são formas sistemáticas de se pensar os problemas dos povos. Nosso engajamento não é técnico, mas ético. A universidade pública busca uma ética pública para que se formem profissionais que atuem de acordo e em favor dela. Queremos profissionais da saúde que trabalhem pela saúde pública; educadores que trabalhem pela educação pública; engenheiros que pensem a cidade como um espaço público”, reitera.

*Repórter

**Estudante do 7.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Presidente da Andifes resalta que mais de 90% da produção de conhecimento no Brasil é gerada nas instituições públicas



DIVULGAÇÃO/ANDIFES

Em busca de alianças com a sociedade

Criada em maio de 1989, ano em que o país voltou a escolher por meio de eleições diretas seu principal dirigente após décadas de ditadura civil-militar, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) representa as universidades, os centros e institutos federais em sua interlocução com o governo federal, as associações de docentes, técnico-administrativos e estudantes, além da sociedade em geral.

Nesta entrevista, o presidente da associação e reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Reinaldo Centoducatte, fala a respeito das perspectivas para a educação superior pública diante da vitória do candidato Jair Bolsonaro.

De que forma as instituições públicas têm contribuído para os avanços nas áreas da ciência, tecnologia e inovação?

Mais de 90% da produção de conhecimento brasileira são feitos nas instituições públicas. E grande parte dela é originada nas universidades federais. Quando olhamos os itens orçamentários dessas instituições, descobrimos que englobam a folha de pessoal, a folha de pagamento dos aposentados, a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação, de pós-graduação, dos projetos de pesquisa e de extensão. Por isso, não é possível fazer um cálculo per capita do custo por estudante de graduação ou da quantidade de alunos que a universidade tem. Primeiro, porque a maioria das universidades brasileiras tem hospitais associados a elas, e isso representa uma despesa significativa, uma vez que esses hospitais estão dentro do SUS. Não existe política de saúde que não leve em consideração a importância dos hospitais universitários, especialmente do ponto de vista dos procedimentos de alta complexidade na área. Então, você tem de financiar. Além disso, a maioria das universidades tem teatro, TV, rádio e outros equipamentos que prestam serviços à comunidade que está nas suas regiões de inserção. Isso significa que temos uma produção para além da formação profissional dos alunos de graduação e de pós-graduação e que não dispõe de financiamento próprio. Por exemplo, há várias instituições que receberam a responsabilidade de cuidar do patrimônio histórico, do ponto de vista predial e estrutural, mas que não têm financiamento específico para esse tipo de gasto. Apesar disso, temos conseguido fazer com que as universidades funcionem

de forma satisfatória naquilo que é sua principal missão: o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, digo que temos um papel essencial que precisa ser compreendido. Acredito que a sociedade, de maneira geral, já percebe isso, mas precisamos que o poder político brasileiro, tanto na esfera do Executivo, do Legislativo e do Judiciário quanto em outros setores da sociedade brasileira, entenda a importância desse patrimônio para o nosso país. É importante que trabalhem na perspectiva de criar uma aliança dentro da sociedade capaz de preservar as instituições e o estado democrático de direito tão duramente conquistados nos últimos anos.

Como a Andifes entende o cenário político pós-eleições?

As universidades, como instituições internacionais, são o lugar do livre pensar, da livre manifestação, da produção de conhecimento, onde todas as expressões, políticas, econômicas, ideológicas e de credos devem ter ampla liberdade. Temos garantias na legislação vigente reiteradas pelo recente posicionamento de ministros do Supremo ao reconhecerem que alguns juízes se excederam nas medidas tomadas em relação aos espaços universitários. É certo que, no calor das discussões que antecederam a eleição, entraram em debate possíveis retrocessos àquilo que conquistamos na democracia brasileira. Então, nossas universidades terão de estar vigilantes, buscando o apoio da sociedade para que esse espaço de liberdade seja preservado. Dizer que não há possibilidade de retrocesso ainda é prematuro, mas as ações que atentam contra os princípios constitucionais e a liberdade de expressão não podem proliferar. Aguardamos que o novo presidente tenha isso como um princípio fundamental, que respeite a Constituição e as leis brasileiras.

Quais os riscos para o financiamento da educação superior pública?

Vivemos um processo de reduções orçamentárias e financeiras para a manutenção e o investimento das universidades e também dos institutos e centros federais de educação. Defendemos que o ensino universitário deva ser público e gratuito e que, para manter e ampliar a sua qualidade, seja fundamental que ele tenha o financiamento adequado. Isso significa dispor de recursos mínimos para a manutenção das atividades das universidades, isto é, do seu custeio

e daquilo em que ainda necessitamos investir para a melhoria da estrutura predial e dos equipamentos que compõem os laboratórios e a infraestrutura de funcionamento desses órgãos.

Mas como isso será viabilizado diante do limite do teto de gastos aprovado pelo Congresso e dos cortes orçamentários?

Vivemos tempos difíceis do ponto de vista da elaboração do orçamento, mas temos conseguido negociar junto ao Ministério da Educação. Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ficou estabelecido que o financiamento para a educação do Brasil seja através do MEC, e que o orçamento de 2019 tem de ser, no mínimo, igual ao deste ano, acrescido da correção inflacionária. Não temos esse número em definitivo, porque a peça orçamentária foi constituída ainda com os indicadores da LDO estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Agora, estamos na expectativa de um reajuste do orçamento ministerial que possa ser repassado às nossas universidades. Nos próximos anos, enfrentaremos um processo de negociação, procurando mostrar as necessidades das instituições para o seu pleno funcionamento e expansão.

Qual o posicionamento da Andifes frente a possíveis mudanças nas políticas de cotas?

Primeiro, devemos ressaltar que nas universidades federais mais de 60% dos estudantes têm renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Temos um grande contingente de jovens que antes eram excluídos da possibilidade de ingressar em um curso superior. Esse dado vai contra o argumento do candidato vitorioso, que diz que as instituições públicas abrigam uma elite. Isso não corresponde à realidade. É só analisar os números do Censo da Educação Superior 2017 (disponível em <https://bit.ly/2M022zP>), realizado pelo INEP. A maioria dos estudantes da UFES, por exemplo, não teria condição de subsidiar e concluir seus cursos se não tivéssemos essas políticas. Para nós, é urgente que os recursos da assistência estudantil sejam ampliados. Já tivemos um aumento em torno de 10% em relação ao montante do ano passado como proposta para o orçamento de 2019, mas isso ainda é insuficiente diante da demanda, já que lidamos com estudantes de baixa renda para os quais não temos recursos suficientes.